



É permitido proibir. Questões de censura nas bibliotecas

António Sá Santos

Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros – Autoridade Tributária e Aduaneira, Portugal,

sasantos7@gmail.com

Resumo

A existência e a prática da censura pressupõem a falta de um ambiente de liberdade, seja de expressão, pensamento ou qualquer outra. O seu objetivo é impor um determinado ponto de vista sobre toda uma sociedade ou um país. As bibliotecas norteiam-se pela pluralidade, debate e diversidade de opiniões. São incompatíveis com a censura. Por esta razão sempre foram um alvo da censura e sofreram com os seus efeitos. Que efeitos foram esses, com que objetivos foram usadas pela censura e como reagiram os bibliotecários? Atualmente quais os desafios que a censura coloca ao funcionamento das bibliotecas e como reagir perante novas situações numa sociedade da informação, tecnológica e global?

Palavras-chave: Censura, Bibliotecas, liberdade de pensamento, liberdade de expressão

Introdução

Definir o termo censura é difícil, tendo em conta as diversas formas e perspetivas pelas quais ela pode ser apresentada e discutida. Seja de uma forma moral ou ética, seja de uma forma política ou social a censura é definidora de uma forma de comportamento e de pensamento que se reflete nas atitudes pessoais e institucionais. Por estas razões a censura será, talvez, dos conceitos mais difíceis de limitar. Ela estende-se por diversas áreas, de diferentes formas, com diferentes ferramentas mas, quase sempre, com um único objetivo: limitar o pensamento e condicionar a expressão humana, qualquer que ela seja. É um conceito que se reflete exteriormente mas também existe no âmago do ser humano enquanto ser exposto a diversas e diferentes vicissitudes, situações, tempos, opiniões ou culturas.

A censura acompanhou toda a história da Humanidade de uma forma mais ou menos evidente, mais ou menos consciente. Resultado do tempo, das instituições ou dos seus objetivos, assim podemos definir a censura e enquadrá-la, para melhor a percebermos e fazer com que tais situações não se repitam.

As técnicas, fundamentos, efeitos ou estratégias estão ligados a diversos aspetos que surgem associados ao momento em que a censura foi aplicada. Independentemente destes pressupostos algo se torna evidente: a censura é usada para limitar a liberdade do outro, seja no campo do pensamento, da expressão, do relacionamento social ou outros.

Por estas razões as Bibliotecas foram, e são, desde praticamente toda a sua existência um dos alvos mais destacados da censura. Como local de diversidade cultural, de pensamento e de debate sempre que estes princípios são atacados ou condicionados o seu efeito é imediato na missão e no papel das Bibliotecas.

Diferentes tempos e diferentes circunstâncias trouxeram diferentes situações e desafios às bibliotecas pois elas eram vistas como locais a controlar pelo «perigo» que existia que representavam da propagação de ideias novas e diversas a partir das suas coleções. Do mesmo modo foram também instrumento de difusão de ideologias totalitárias, de cerceamento das liberdades individuais, de pensamento ou de expressão.

Método

Uma questão tão relevante como a censura não pode deixar de afetar as Bibliotecas e, como tal, importava fazer um levantamento sobre estudos, artigos e notícias que se debruçassem sobre o assunto. Sendo que a censura começa na produção científica, literária ou artística acabará sempre por chagar às Bibliotecas enquanto locais de difusão, apresentação e usufruto desses materiais. O estudo incidiu na abordagem de casos práticos e reais, mais do que teóricos, para que seja possível ter um contacto exato com a situação e, assim, melhor fazer a sua avaliação. Destacando o século XX procuramos ver como perante os regimes totalitários que dominaram esse período de tempo, fascismo e comunismo, as bibliotecas foram tratadas e como a censura se refletiu na sua missão. Este mesmo princípio se aplica a este início de século onde os meios tecnológicos dominam, sejam na produção como na difusão e disseminação de conteúdos. Sendo que a censura reflete o seu tempo, também a ele se adapta para exercer o seu papel, não sendo relevante o suporte no qual a informação circula. Mesmo em sistemas e sociedades democráticas e liberais é possível encontrar situações de censura e, pior ainda, onde se pede por essa mesma censura. Neste contexto o papel dos bibliotecários assume especial relevância como intermediários da informação e definidores da organização e gestão da biblioteca. Resulta da sua função a constituição das coleções das bibliotecas e daí a diversidade de pensamentos e opiniões à disposição dos leitores. Pretendemos aferir o comportamento e a postura dos bibliotecários perante situações de coação e de censura no desempenho da sua missão.

Resultados

O Estado Novo, na Constituição de 1933, institui oficialmente a censura prévia mas, logo em 1927 o Decreto 13726 mostra a tendência centralizadora e de controlo. Aí determina-se que era vedado o acesso das bibliotecas populares e móveis a publicações com conteúdos doutrinários, imorais e contrários à segurança do Estado. Caberia a fiscalização ao inspetor das bibliotecas populares e móveis, ao Diretor da Biblioteca Popular de Lisboa e aos cidadãos em pleno uso dos seus direitos políticos (Ribeiro, 2008, p. 7). Em 1947 estabelece o art.º 5.º do Decreto 36147 que estava vedada aos professores a incorporação nas bibliotecas de qualquer obra, ainda que cedida gratuitamente. Essa prerrogativa era da Direção Geral do Ensino Primário sob parecer do serviço, a criar, junto da Junta Nacional de Educação e que seria responsável pelas escolhas dos livros (Decreto 36147). Existia uma evidente centralização e um controlo de conteúdos dos fundos e coleções das bibliotecas de modo a apenas conter o que fosse favorável ao regime. Este controlo começava logo na censura às edições a publicar, que dessa forma condicionava aquilo que poderia existir nas bibliotecas. A censura podia autorizar, aprovar com cortes, proibir, dispensar ou proibir para posteriormente autorizar. Os assuntos que poderiam levar a estas decisões iam da Filosofia, História, Literatura, Música ou Religião, mas eram as de cariz Marxista-Leninista, Erótica ou de Educação Sexual, as que mais vezes eram censuradas. Estas medidas tiveram efeitos nefastos na vida das bibliotecas pelo que limitavam de acesso à cultura, cerceamento da liberdade de pensamento, desenvolvimento das mentalidades e no legado deixado às gerações seguintes.

Em Espanha, sob o regime franquista, encontramos uma situação em tudo semelhante. Também aqui se verificou a censura sobre livros e bibliotecas. Ainda durante a Guerra Civil foram criadas comissões depuradoras nos distritos universitários para o controlo e expurgo de livros, com base numa grande discricionariedade (Bautista, 2017, p. 75). Posteriormente foram retirados livros por versarem temas como a homossexualidade, críticas ao clero ou ao regime (Bautista, 2017, p. 83).

Bibliocausto ou Holocausto de livros são duas designações que descrevem o que sucedeu na Alemanha a 10 de Maio de 1933. Nesse dia, organizado por estudantes com ajuda de bibliotecários adeptos do regime Nazi, milhares de livros foram queimados publicamente (Ritchie, 1988, p. 627). Qual o crime desses livros? Serem considerados perigosos para o regime e tratarem assuntos que podiam prejudicar a sociedade alemã. Os que foram salvos passaram a ter acesso limitado, apenas ao alcance de leitores privilegiados (Ritchie, 1988, p. 637). Para o regime Nazi as bibliotecas foram, também, um instrumento de propaganda da sua ideologia para além de locais de doutrinação de massas. Com esse objetivo nos anos seguintes vamos assistir a purgas em quase todas as Bibliotecas, atingindo o pico em 1935. Em Essen estima-se que entre 1934-1938 tenham sido retirados 69% dos títulos existentes. Estes títulos foram substituídos por edições, conformes com a ideologia Nazi. Em todo este processo bibliotecários houve que, com as suas próprias mãos, salvaram livros retirando-os dos depósitos e entregando-os a pessoas da sua confiança (Cit. Por Steinweis, 1992, p. 118). Estes procedimentos estenderam-se também aos países ocupados durante a IIª Guerra. Na Polónia, por exemplo, entre 388.000 e 400.000 volumes terão sido queimados pelas tropas Nazis após o Levantamento de Varsóvia (Nastulezyk, 2019, p. 464). Foi uma forma de castigo e de desmoralização da sociedade.

O regime do Estado Novo no Brasil caracterizou-se também pela instituição da censura. A Constituição de 1937 justificou-a com a manutenção da ordem e segurança públicas a que se junta o objetivo de disciplinar ideologicamente a sociedade (Oliveira, 2018, p. 129). Neste contexto as bibliotecas tornaram-se, novamente, um veículo de difusão da ideologia do regime. No Chile, durante o regime de Pinochet, encontramos situações onde se queimaram livros publicamente, retiraram-se obras de bibliotecas públicas e universitárias e bibliotecários eram interrogados pelas autoridades, como forma de eliminar vozes e ideias contrárias ao regime (Planas, 2016, p. 1).

Na Europa de Leste as bibliotecas viveram experiências muito semelhantes ao longo do século XX. Na URSS foram encaradas, por Lenine, como um instrumento para consolidar o triunfo da revolução comunista. Teriam a missão essencial de difundir a ideologia e ideário socialistas (Hipolito Escolar, 1990, p. 487). Nas décadas posteriores os títulos considerados impróprios para acesso ao público eram guardados sob a designação: «for official use» e apenas os bibliotecários comprovadamente leais à ideologia do regime lhes tinham acesso (Sinitsyna, 1999, p. 35). Tal explicava-se pelo facto de se pretender «proteger o povo soviético das más influências do mundo ocidental». Outra forma de censura era concentrar essas publicações, como publicações de arte e arquitetura, nas maiores bibliotecas das cidades de forma a controlar, mais facilmente, o seu acesso (Sinitsyna, 1999, p. 36). Os bibliotecários desempenharam aqui um papel fundamental pois eram eles quem filtrava os acessos, a pesquisa e os registos disponibilizados aos utilizadores (Kasinec, 2001, p. 16). O que era pedido, disponibilizado e reproduzido era cuidadosamente controlado e vigiado (Kasinec, 2001, p. 24). Na Roménia todo o funcionamento das bibliotecas estava controlado pelo poder e, também aqui, o papel das bibliotecas era disseminar textos e documentos de ideologia comunista. Toda a produção livreira era controlada pelo governo e as bibliotecas só podiam adquirir obras editadas no país. Em 1971 publicaram-se 5.000 novos títulos e em 1989 apenas 1.000, mercê do aumento dos custos de impressão e do aumento da censura (Anghelescu, 2001, p. 233). Tudo isto se refletiu na quantidade e diversidade das coleções das bibliotecas. As bibliotecas tinham também os seus títulos não acessíveis. Era o fundo S (Proibido). Aqui constavam títulos sobre religião, monarquia, Nazismo ou História. Era separado da restante coleção e

alvo de especial controlo e segurança. Aos bibliotecários pedia-se cuidado, controlo e atenção na disponibilização dos documentos, que deviam ser pedidos oficialmente. Chegaram a criar-se listas dos utilizadores que pediam determinadas obras. Vários bibliotecários e diretores autorizavam o acesso a esses títulos mesmo correndo diversos riscos (Anghelescu, 2001, p. 245). Posteriormente foi pedida a remoção e eliminação dos títulos do fundo S, sobretudo os que fossem anti-comunistas. Mais uma vez, alguns bibliotecários não o fizeram. Muitos livros foram levados para suas casas salvando-se os livros e as suas ideias (Anghelescu, 2001, p. 246). Após a queda do comunismo foi possível começar a perceber o impacto negativo e destrutivo que estas políticas e procedimentos tiveram no ensino, edições livres e no desenvolvimento das coleções das bibliotecas (Kasinec, 2001, p. 25).

No entanto, a censura, por ter várias formas de ser usada também se manifesta em sociedades livres e democráticas. Em 2007 foi publicado pelo Center for Social Cohesion o relatório Hate on the State. O tema central do relatório era a presença de documentos de extremistas islâmicos nas bibliotecas públicas inglesas considerando que colocavam em risco a tolerância e a inclusão, uma vez que difundiam ideias contra as outras religiões e as mulheres, aumentando o risco de actos terroristas (McMenemy, 2008, p. 341). Perante estas conclusões as bibliotecas justificaram-se com o facto de qualquer dos títulos aí disponíveis não serem ilegais comparando com o facto de nas bibliotecas existirem exemplares de *Mein Kampf* com todos os efeitos que essa obra causou na história da humanidade (McMenemy, 2008, p. 342). Excluir estes títulos era fácil mas entraríamos no campo da censura não dando a oportunidade de apresentar obras que contraponham estes pontos de vista. É este o papel das bibliotecas. Ao mesmo tempo questionava-se que aceitando esta proposta o bibliotecário perdia autonomia na construção e seleção do fundo documental (McMenemy, 2008, p. 343).

Em 2022 um grupo de bibliotecários americanos insurgiu-se contra o facto de uma plataforma eletrónica de venda de livros conter vários ebooks de conteúdo fascista (Enis, 2022) alegando que o ambiente vivido nos EUA não o aconselhava (Enis, 2022). Esta reação assertiva levou a que os mesmos fossem retirados. Os bibliotecários estão atentos a estas situações e chamam a atenção para elas, com abordagens e justificações distintas, o que mostra a carga subjetiva que a censura sempre teve mas que hoje em dia se mostra mais evidente tal a profusão de informação e de conteúdos disponibilizados e acessíveis.

A construção e acesso às coleções ou a realização de eventos nos espaços da biblioteca são, atualmente, os casos onde se verificam mais casos de censura. Discursos de ódio, opiniões do palestrante, os efeitos da mensagem do evento sobre minorias, inadequação dos organizadores do evento ou apropriação cultural são algumas das razões invocadas para pedir o cancelamento do evento ou condicionar a aquisição de títulos (Schrader, 2019). Assuntos como racismo, LGBTQ para adolescente ou divulgação de ideias woke motivam cancelamentos com a justificação que a Biblioteca deve refletir os interesses da comunidade e não persuadi-la a seguir um único ponto de vista, alegando o perigo de polarizar essa mesma comunidade sendo a sua missão fornecer informação e não ser um local de protesto. Pretendem-se calar opiniões contrárias e eliminar o debate, sob o pretexto de salvaguardar o público e a sua integridade. A este facto junta-se o choque entre as direções municipais e os bibliotecários levando, em alguns casos, ao seu despedimento, cancelamento ou alteração das atividades previstas (England, 2022).

Nas bibliotecas escolares esta situação é cada vez mais evidente e frequente. São cada vez mais os casos nos quais os bibliotecários afirmam estarem a ser condicionados na aquisição de títulos para as suas bibliotecas. A lista de aquisições está agora sujeita à análise e aprovação dos pais, a que se segue a aprovação pela direção da escola. Este conjunto de procedimentos leva à forte diminuição de compras, bem como, a uma maior demora na sua aquisição. As consequências visíveis são a desatualização das coleções, menos utilizadores nas bibliotecas, dificuldades nas aprendizagens e um desfasamento da biblioteca da realidade que a rodeia. Títulos sobre sexualidade, temática LGBTQ, raça, racismo ou

História americana são os que mais discórdia geram. Também a banda desenhada é alvo desta situação uma vez que cada desenho passou a ser analisado para determinar se o seu conteúdo é passível de ser rejeitado ou se veicula uma mensagem suscetível de criar ofensa ou estereótipos. Resultado desta abordagem, em 2019 foram retirados 5000 títulos, e muitos deles queimados, num conjunto de escolas de Ontário, Canadá. Clássicos de Tintin, Astérix ou Lucky Luke foram acusados de preconceito contra os povos indígenas.

Discussão

Estudar os efeitos da censura sobre as bibliotecas é abordar apenas um dos aspetos da censura e dos seus efeitos. A censura reflete o seu tempo, a sociedade e o regime vigentes. Usa diferentes estratégias, mas persegue sempre o mesmo fim: fazer calar as opiniões divergentes fossem elas políticas, religiosas ou de comportamento. As estratégias adaptam-se às circunstâncias. Denúncias, avaliação, condenação, eliminação, purgas ou simplesmente proibição de acesso, são alguns dos efeitos do ato de censura sobre documentos, opiniões e criações. Estes atos verificámos nos regimes totalitários que vigoraram ao longo do século XX. Os seus efeitos foram iguais em todos eles com retrocesso social, artístico, tecnológico ou científico sob o pretexto de proteger a sociedade de opiniões e movimentos que pusessem em causa a estabilidade desses regimes. É uma luta assumida contra a liberdade de pensamento e de expressão e, consequentemente, contra as bibliotecas enquanto locais de pluralidade, debate, educação, cultura e inclusão. As bibliotecas são espaços abertos onde se pretendem formar cidadãos críticos, todo o oposto à censura.

As bibliotecas foram usadas como difusoras da ideologia dominante e, para tal, foram expurgadas dos conteúdos contrários a essas ideologias e substituídos por conteúdos concordantes. As suas coleções são o primeiro e principal alvo, condicionando a sua construção, seleção e disponibilização. Deixa de haver pluralidade e diversidade e, em consequência, atingem-se os utilizadores. Estes deixam de ver interesse na Biblioteca e reconhecer nela a sua função lúdica e formativa. Encontram obstáculos no acesso à informação.

Os bibliotecários são também visados. Sobre eles exerce-se coação e chantagem que resultam na auto-censura como forma de evitar as proibições de aquisições. Muitas vezes essa auto-censura é de tal forma aplicada que a análise e os parâmetros aplicados são ainda mais restritivos que os da censura oficial. Daqui advém a ausência de neutralidade. As bibliotecas sempre foram um ator destacado nas questões da censura mas atualmente são o campo de batalha. Nas bibliotecas anglo-saxónicas verifica-se um combate à volta de questões morais, de comportamento e de perspectiva histórica. Clássicos da literatura ocidental, da cultura clássica, autores como Homero, Shakespeare, Mark Twain e outros são retirados das estantes, afastados dos jovens leitores para que não sejam corrompidos pelos seus conteúdos. Esta tarefa é feita por professores e bibliotecários woke. Não importa o tempo histórico, os atores ou os conteúdos, as técnicas da censura repetem-se e os seus efeitos nefastos também. Seja em bibliotecas escolares ou públicas, o número de livros retirados das prateleiras é cada vez maior, e passou-se a exigir a análise prévia dos títulos, por pressão dos pais e grupos conservadores. No centro encontram-se temas como História da América, raça, racismo, sexo ou educação sexual. As bibliotecas clamam pela liberdade de acesso à informação, pela satisfação dos desejos dos seus utilizadores. Os pais, pela sua exclusividade na educação dos seus filhos no que toca a estes assuntos. A falta de equilíbrio só pode prejudicar as bibliotecas e os seus utilizadores. Onde falta a pluralidade de opiniões e o debate falta a cultura e a formação cívica. É por esse objetivo que os bibliotecários devem pugnar assumindo um papel de neutralidade e imparcialidade. O equilíbrio entre as expectativas da comunidade e a diversidade de opiniões é cada vez mais ténue, sobretudo num tema tão subjetivo quanto o da censura e da

construção de coleções numa biblioteca. Os bibliotecários não devem impor a sua ideologia sobre a biblioteca, nem se deixarem vencer pela intransigência da maioria. Devem olhar para aqueles que, em regimes totalitários, tiveram a coragem de salvar livros e ideias defendendo a liberdade de pensamento e de expressão e promovendo o debate e o esclarecimento.

Conclusão

Limitar as liberdades de pensamento e de expressão é uma tentação de sempre, que dificilmente terminará. Está ligada ao espírito humano e é a forma mais fácil de impor ideologias, condutas e conceitos. O que se verifica hoje em dia é que a censura não é praticada apenas por regimes, com fins eminentemente políticos ou ideológicos, mas também por singulares que nas redes sociais, por exemplo, exigem a retirada de obras, textos ou autores. Existe agora a cultura do cancelamento que quer cancelar pessoas ou instituições por terem praticado ou dito algo com que não concordam ou que vá contra os seus princípios ou crenças. Estamos perante vigilantes ou censores do pensamento e da palavra que afetam as bibliotecas. São vários os casos em que atividades, eventos ou títulos existentes nas bibliotecas foram alvo de tentativas de cancelamento. Algumas infrutíferas, outras com sucesso. Esta é uma situação com a qual as bibliotecas e os bibliotecários não podem pactuar. Para além da intolerância, associada sempre à censura, o que verificamos é outro conceito essencial à abordagem da censura: a subjetividade. A avaliação, a decisão e a finalidade do emprego da censura é sempre subjetivo uma vez que estamos no campo das ideias e dos valores. As bibliotecas são um alvo nesta estratégia pois é sua missão fomentar a pluralidade de opiniões e assim se devem manter, tal como foi reforçado pela IFLA no seu manifesto de 1999 sobre as bibliotecas e a liberdade intelectual. Aí é reforçada a ideia que as bibliotecas devem disponibilizar a mais ampla variedade de documentos, refletindo a pluralidade e a diversidade da sociedade e, em simultâneo oporem-se a qualquer tipo de censura. O que assistimos atualmente é à transformação das bibliotecas num campo de batalha ideológico entre grupos opostos. Há listas de títulos banidos, procedimentos pré-censórios que limitam as aquisições e a sua seleção. Neste contexto começa a faltar aos bibliotecários a neutralidade e a imparcialidade. Enfrentar a tentativa de banir títulos por parte de grupos de utilizadores mais conservadores é fundamental, mas também é não ceder às pretensões woke de também eliminar livros ou alterar classificações já estabelecidas porque vão contra as suas convicções. O caminho a seguir é manter a missão da biblioteca como local de pluralidade e debate entre diferentes pontos de vista, nunca subjugar-se a uma única perspetiva. Pedese aos bibliotecários coragem, imparcialidade e coerência de princípios na defesa da liberdade de pensamento, expressão e de acesso à informação.

Referências Bibliográficas

Anghelescu, H. G. B. (Winter 2001). Romanian Libraries Recover after the Cold. War: The Communist Legacy and the Road Ahead. *Libraries & Culture*, 36 (1), 233-240. <https://www.jstor.org/stable/25548905>

Antoniacomì, G. (gennaio/aprile 2018), I percorsi ingannevoli nella gestione delle collezioni di una biblioteca pubblica tra censura e legittimazione della post verità: verso il paradigma dei diritti aletici. *AIB studi*, 58(1) 65-82. 10.2426/aibstudi-11753

Bella, T. *State Farms drops support of LGBTQ kids books after conservative furor* (2022 May 24). The Washington Post. <https://www.washingtonpost.com/business/2022/05/24/state-farm-lgbtq-childrens-books/>

Biblioteca Nacional de Portugal (2022, Maio 3). *Obras proibidas e censuradas no Estado Novo*. https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1682%3Aexposicao-obras-proibidas-e-censuradas-no-estado-novo-3-maio-3-set&catid=173%3A2022&Itemid=1680&lang=pt

Cádima, F. R. (2013). Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal. *Media & Jornalismo*. 9(22), 101-129

Creeley, W., & Steinbaugh, A. Show-me state censorship: Proposed new rule threatens Missouri's public libraries (2022, November 23). *The fire*. <https://www.thefire.org/news/show-me-state-censorship-proposed-new-rule-threatens-missouris-public-libraries>

Decreto 36147 do Ministério da Educação Nacional. (1947). Diário do Governo: I Série, n.º 29/1947.

England, D. Fired teen librarian in Colorado files discrimination complaints, cites canceled LGBTQ and anti-racism programs (2022, February 7). *The Colorado Sun*. <https://coloradosun.com/2022/02/07/fired-librarian-erie-antiracism-lgbtq-clorado/>

Enis, M. Holocaust denial materials and other fascist contents removed from library ebook platforms. (2022, March 7). *Library Journal*. <https://www.libraryjournal.com/story/holocaust-denial-materials-and-other-fascist-content-removed-from-library-ebook-platforms>

Escolar Sobrino, H. (1990). Historia de las bibliotecas. Fundación German Sánchez Ruiperez

Hannabuss, S., & Allard, M. (2001). Issues of censorship. *Library review*, 50(2), 81-89

International Federation of Libraries Associations and Institutions (1999). *Statement on Libraries and Intellectual Freedom*

Kasinec, E. (2001). A soviet research library remembered. *Libraries & Culture*, 36(1), 16-26. <https://www.jstor.org/stable/25548888>

Knox, E. J. M. (April 2019). Silencing stories: challenges to diverse books. *The international journal of information, diversity & inclusion*, 3(2), 2019, 24-39

Krylov, A. I., Tanzman, J. S., Frenking, G., & Gill, P. M. W. Scientists must resist cancel culture. (2022, February 01). *Nachrichten aus der Chemie*. <https://doi.org/10.1002/nadc.20224120702>

Kurtz, S. Don't Ban Woke School-Library Books, Balance Them. (2021, December 13). *National Review*. <https://www.nationalreview.com/corner/dont-ban-woke-school-library-books-balance-them/>

Kurtz, S. The Battle for the Soul of the Library (2022, February 24). *New York Times*. <https://www.nytimes.com/2022/02/24/opinion/battle-library-neutrality.html>

Mangas, S. F. A. (2010). *Os limites da tolerância. Censura, liberdade intelectual e selecção de documentos nas bibliotecas públicas municipais portuguesas*. [Dissertação de mestrado não publicada] Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudo Geral. Repositório científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/15239>

Natanson, H. Student want new books. Thanks to restrictions, librarians can't buy them. (2023, January 22). *Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/education/2023/01/22/students-want-new-books-thanks-restrictions-librarians-cant-buy-them/>

Nastulczyk, T. (2019). Two Centuries of Looting and the Grand Nazi Book Burning. The Dispersed and Destroyed Libraries of the Polish-Lithuanian Commonwealth: Historical Losses and Contemporary Attempts at Reconstruction. In F. Bruni, A. Pettegree (Eds.), *Lost Books: Reconstructing the Print World of Pre-Industrial Europe* Brill. <https://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctv2gjww23.26>

- Oliveira, A. N. de, Silva, L. E. F. da, & Castro, J. L. de. (set./dez.2018). (Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas. *Em Questão*. 24(3), 125-151. <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245243.125-151>
- Planas, J. (2016). Libros, censuras y bibliotecarios. Desde Chile hacia America Latina. *Palabra clave*. 6 (1), 1-3 <http://www.palabraclave.fahce.unlp.edu.ar/article/view/PCe014>
- Regedor, A. J. B. (2014). *Bibliotecas, Informação, Cidadania. Políticas Bibliotecárias em Portugal. Séculos XIX-XX*. [Tese de doutoramento não publicada] Universidade Fernando Pessoa. Repositório institucional da Universidade Fernando Pessoa. <http://hdl.handle.net/10284/4291>
- Ribeiro, F. (2008). *A Inspeção das Bibliotecas e Arquivos e a ideologia do Estado Novo*. [Seminário]. Estados autoritários e totalitários e suas representações, Coimbra. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5136.pdf>
- Rodrigues, G. A. (1980). *Breve história da censura literária em Portugal*. Ministério da Educação e Ciência.
- Ruiz Bautista, E. (2017). Una censura católica? Censura editorial y catolicismo durante el Franquismo (1939-1966). *Historia Actual Online*. 42(1), 71-85. <https://historia-actual.org/Publicaciones/index.php/hao/article/view/1374>
- Schrader, A. M. (2019 August 15). Can public libraries maintain their commitment to intellectual freedom in the face of outrage over unpopular speakers? *Centre for free expression*. <https://cfe.torontomu.ca/blog/2019/08/can-public-libraries-maintain-their-commitment-intellectual-freedom-face-outrage-over>
- Sinitsyna, O. (1999). Censorship in the Soviet Union and its cultural and professional results for arts and art libraries. *INSPEL*. 33 (1), 35-42
- Sloan, S. (2012). Regional differences in collecting freethought books in american public libraries: a case of self-censorship? *Libray Quarterly*. 82(2), 183-202
- Steinweis, A. E. (1992). Review of Public Libraries in Nazi Germany, by Margaret F. Stieg. *Central European History*. 25(1), 117-119.